

**PAULO NOGUEIRA DA COSTA
TOMA POSSE COMO JUIZ CONSELHEIRO**



Paulo Nogueira da Costa tomou posse como Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, numa cerimónia presidida pelo Vice-Presidente, António Martins, em representação do Presidente, José Tavares.

Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI pela Universidade de Coimbra e Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Paulo Nogueira da Costa exerceu funções docentes na UAL, onde lecionou na área do Direito Administrativo e Finanças Públicas. Foi também professor adjunto no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, desde 2007, na subárea de Direito Fiscal e Fiscalidade. Exerceu ainda funções de membro do Conselho Técnico-Científico, para além de ter publicado livros e artigos nos domínios do Direito Financeiro e Fiscal.

Paulo Nogueira da Costa tem desempenhado um papel ativo no Tribunal de Contas, desde janeiro de 2002, primeiro, como jurista consultor no anterior Departamento de Consultadoria e Planeamento e, posteriormente, no Gabinete do Presidente. Exerceu ainda as funções de Diretor-Geral do Tribunal de Contas entre 2020 e 2021.

**OBRAS DE ALMADA NEGREIROS
DO TRIBUNAL DE CONTAS
NO FUTURO CENTRO INTERPRETATIVO**



As obras de Almada Negreiros que estão expostas no edifício-sede do Tribunal de Contas vão estar representadas no futuro Centro Interpretativo *Os Murais de Almada nas Gares Marítimas*, que abrirá na Gare Marítima de Alcântara em fevereiro de 2025.

As tapeçarias, *O Número* e *O Contador*, datadas de 1956 e 1957, relativas ao Tribunal de Contas, serão destacadas na sala *Almada em Lisboa*.



O NÚMERO

Tapeçaria

José de Almada Negreiros, 1956



O CONTADOR

Tapeçaria

José de Almada Negreiros, 1957

CONTA GERAL DO ESTADO 2023 COM JUÍZO DE NÃO CONFORMIDADE COM LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e a Juíza Conselheira relatora, Ana Furtado, entregaram, no dia 2 de outubro, ao Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, o [Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2023](#).

O Parecer emite um Juízo de não conformidade da Conta com a Lei de Enquadramento Orçamental por esta não integrar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas da Administração Central e da Segurança Social. Este incumprimento compromete o objetivo de a Conta proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da execução orçamental e financeira. Impossibilita também a certificação da mesma por parte do Tribunal. O Juízo inclui reservas, por omissões e erros materialmente relevantes. São emitidas 67 recomendações ao Governo e à Assembleia da República.

O Parecer, que inclui uma apreciação abrangente à atividade financeira do Estado, destina-se à Assembleia da República para aprovação da Conta Geral do Estado e ao Governo para promover a implementação das recomendações, bem como aos cidadãos para informar sobre a aplicação dos recursos públicos, promovendo a transparência, a integridade e a responsabilidade das contas públicas.

[O Parecer em duas páginas](#)

[Sumário Executivo](#)

[Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2023](#)

RELATÓRIO-SÍNTESE DOS QUATRO ANOS DA PRESIDÊNCIA DE JOSÉ TAVARES NO TRIBUNAL DE CONTAS



No dia 7 de outubro de 2024, José Tavares terminou o mandato constitucional de quatro anos como Presidente do Tribunal de Contas (07/10/2020 – 07/10/2024), apresentando, como ato de prestação de contas, um relatório-síntese da atividade desenvolvida.

No final do relatório, José Tavares refere a honra e o privilégio que sentiu pelas funções exercidas, ciente de que os resultados alcançados foram fruto do trabalho coletivo do Tribunal e dos seus Serviços de Apoio.

José F.F. Tavares, Quatro anos na Presidência do Tribunal de Contas. Relatório-Síntese

FILIPA URBANO CALVÃO ASSUME PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS



A nova Presidente do Tribunal de Contas, Filipa Urbano Calvão, nomeada por Decreto do Presidente da República, assegurou que irá exercer as suas funções com espírito de independência, de serviço e de genuína cooperação com todos os que compõem o Tribunal de Contas, uma “casa de tradição secular, de grande prestígio nacional e internacional”, cuja missão constitucional é “a defesa independente dos interesses dos cidadãos e do Estado”, na perspetiva do controlo financeiro, e promoção de uma cultura de responsabilidade financeira.

No discurso proferido na cerimónia da tomada de posse, que decorreu no dia 12 de outubro, no Palácio de Belém, Filipa Urbano Calvão afirmou ter consciência que sucede a um rol de grandes nomes que desempenharam a função de presidente do Tribunal “com elevação, sentido de serviço público e enorme dedicação”, comprometendo-se “a dar continuidade ao bom desempenho das funções do Tribunal de Contas e a procurar melhorar onde houver espaço para evolução, de modo a responder aos desafios que hoje se colocam à jurisdição financeira e à auditoria pública, em prol do país e dos nossos cidadãos”.

“Espero corresponder à confiança”, acrescentou, saudando os Juízes Conselheiros, os auditores de reconhecida excelência, dirigentes e demais colaboradores, sem esquecer os procuradores-gerais adjuntos adstritos ao Tribunal de Contas.

Filipa Urbano Calvão salientou que a boa execução da missão do Tribunal de Contas depende também do diálogo aberto com os demais órgãos do Estado e com a sociedade, nomeadamente a Academia.



Na sua intervenção, a nova Presidente do Tribunal de Contas fez questão de saudar José Tavares, que liderou o Tribunal nos últimos quatro anos e cuja “inexcedível dedicação ao Tribunal ao longo de mais de três décadas é reconhecida por todos”. “Este Tribunal é e será sempre a sua casa”, disse.

Filipa Urbano Calvão deu ainda uma palavra especial ao Conselheiro Alfredo José de Sousa, que foi Presidente do Tribunal de Contas entre 1995 e 2005. “É uma especial honra, esta coincidência de funções numa mesma família, contando com o seu mandato para me inspirar ao longo dos próximos quatro anos”, afirmou.

Após elogiar o percurso profissional de Filipa Urbano Calvão, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, desejou-lhe “as maiores venturas nas novas funções”, manifestando a esperança que possam “corresponder ou mesmo superar as expectativas agora formuladas e ombrear com a obra dos ilustres antecessores”.

JOSÉ TAVARES CONDECORADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou o Presidente cessante do Tribunal de Contas, José Tavares, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Na sua intervenção, o Presidente da República enalteceu as qualidades pessoais e profissionais de José Tavares, a sua entrega ao serviço público, bem como a sua ação como Presidente do Tribunal de Contas nos planos nacional, da União Europeia e internacional, com especial destaque para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

OE2025: TRIBUNAL DE CONTAS OUVIDO NA ESPECIALIDADE

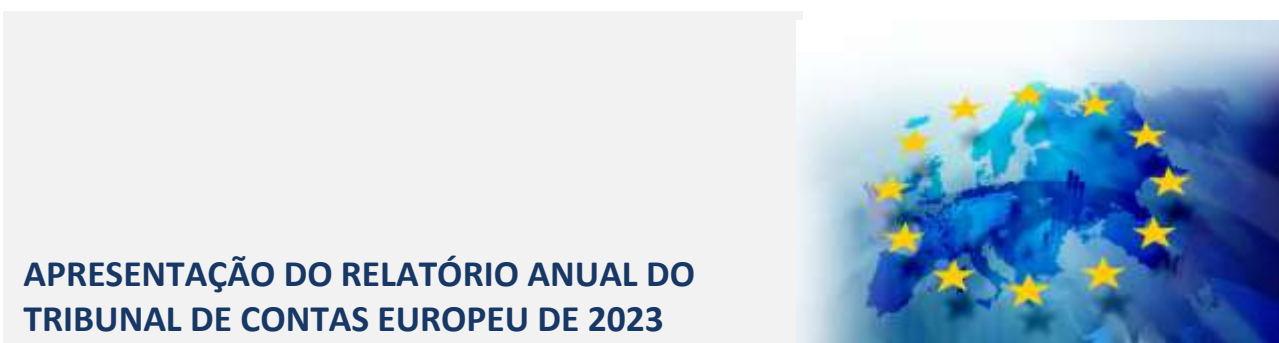


A Presidente do Tribunal de Contas, Filipa Urbano Calvão, a Juíza Conselheira Ana Leal Furtado, responsável pelo Parecer sobre a Conta Geral do Estado, e o Juiz Conselheiro Fernando Oliveira Silva, Diretor-Geral do Tribunal de Contas, foram ouvidos na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, da Assembleia da República, no âmbito da apreciação na especialidade da proposta do Orçamento do Estado para 2025.

Na intervenção inicial da Juíza Conselheira Ana Leal Furtado, foi dado destaque às recomendações do Tribunal de Contas formuladas no [Parecer emitido sobre a Conta Geral do Estado de 2023](#), com implicações na programação orçamental do ano de 2025.

Após sublinhar a importância de um calendário que permita apreciar a Conta do ano anterior no quadro da discussão do Orçamento do Estado, deu a Juíza Conselheira nota das recomendações, com impacto na qualidade da despesa, relativas à reforma das finanças públicas, à qualidade do reporte e à Segurança Social.

Na [audição](#) foi ainda debatido o regime de fiscalização prévia.



A apresentação, pelo membro do Tribunal de Contas Europeu, João Leão, aos responsáveis da Administração Pública portuguesa, do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu (TCE), relativo ao ano de 2023, decorreu em Lisboa, no Auditório Professor Sousa Franco, no dia 18 de dezembro.



A sessão de abertura da apresentação, transmitida através do [Canal do Youtube do Tribunal de Contas de Portugal](#), foi presidida pela Presidente do Tribunal de Contas, Filipa Urbano Calvão.

As auditorias realizadas pelo TCE em 2023 reforçaram “a necessidade de estabelecer uma ligação clara” entre as novas prioridades políticas da União Europeia (UE), os seus objetivos estratégicos - designadamente de segurança e defesa - e as atividades efetivamente financiadas pela UE, defendeu a Presidente do Tribunal de Contas.

Filipa Urbano Calvão referiu, ainda, que o Tribunal de Contas de Portugal tem previsto, nos seus programas de fiscalização anual, ações a desenvolver em vários domínios no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia, incluindo ações específicas sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destinado à recuperação económica e financeira, na sequência da pandemia que atingiu o mundo.

Na apresentação do relatório, o membro português do Tribunal de Contas Europeu, João Leão, fez um balanço da gestão orçamental e financeira da União Europeia, dos resultados das auditorias realizadas e elencou os principais desafios e riscos que a Europa enfrenta do ponto de vista orçamental.



O TCE emitiu uma opinião favorável sobre a fiabilidade das contas de 2023 da UE e sobre a legalidade e regularidade das operações de receitas, tendo sido auditados 248 mil milhões de euros. Relativamente à despesa do Orçamento tradicional da UE, emitiu uma opinião adversa sobre a legalidade e regularidades e manifestou reservas sobre a legalidade e regularidade das despesas do MRR, que em 2021, tinha sido favorável.

João Leão terminou a sua apresentação elencando os principais desafios que se colocam ao Orçamento da UE, designadamente a conclusão da execução do MRR até 2026, a aceleração da execução do atual Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027) e a preparação do novo Quadro Financeiro Plurianual (2028-2034), cujo primeiro modelo já foi apresentado pela Comissão Europeia.

OCDE DIVULGA RELATÓRIO SOBRE TRIBUNAL DE CONTAS



O Relatório sobre o Reforço da Supervisão do Tribunal de Contas para uma contratação pública mais eficaz em Portugal, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), concluiu que a implementação pelo Tribunal de Contas de um modelo de avaliação de risco dos contratos públicos baseado na inteligência artificial requer a obtenção permanente de dados relevantes, como os do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC), do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e da Autoridade da Concorrência (AdC), bem como a celebração de protocolos com cada uma destas instituições.

O Tribunal de Contas tem implementado diversas melhorias nas suas infraestruturas informáticas, no entanto, ainda há a necessidade de desenvolver e alavancar a interoperabilidade com outros organismos da Administração Pública.

A OCDE defende ainda que o desenvolvimento deste modelo de avaliação de risco requer também a identificação de todos os indicadores de risco relevantes e uma avaliação completa sobre a qualidade da informação para o cálculo de cada um dos indicadores antes da sua inclusão no novo modelo de avaliação de risco.

COOPERAÇÃO COM MOÇAMBIQUE



O Tribunal de Contas participou num seminário internacional com vista à auscultação de especialistas, consultores e sociedade civil, no âmbito da proposta de autonomização do Tribunal de Contas em Moçambique, separado do Tribunal Administrativo.

O Tribunal de Contas de Portugal foi convidado a participar nesta iniciativa contribuindo com a sua experiência e boas práticas. Participaram nos trabalhos o Vice-Presidente António Francisco Martins e o Diretor-Geral Fernando de Oliveira Silva, e integraram a equipa de consultores o Juiz Conselheiro Paulo Nogueira da Costa e a Auditora-Chefe Mafalda Santos.

REVISÃO DE PARES (“PEER REVIEW”) À INSTITUIÇÃO CONGÉNERE DO CAZAQUISTÃO



A Revisão de Pares (“Peer Review”) à Instituição congénere do Cazaquistão continua em desenvolvimento pela equipa internacional que é coordenada pelo Tribunal de Contas de Portugal e que integra ainda as instituições congéneres da Turquia e da Lituânia.

Após uma primeira visita em outubro de 2023, realizou-se, entre 22 e 26 de julho, um trabalho de avaliação em vários domínios, tais como o acervo metodológico e respetivo alinhamento com as normas internacionalmente aceites, o planeamento estratégico e operacional, bem como a função de controlo e garantia da qualidade.

COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE CONTAS DE TIMOR-LESTE



O Tribunal de Contas de Portugal está a colaborar com o Instituto Camões no âmbito da implementação do projeto “Parceria para melhoria da prestação de serviços através de Supervisão e Gestão das Finanças Públicas em Timor-Leste” (PFMO).

O Projeto tem como objetivo melhorar o desenvolvimento sustentável em Timor-Leste, através do reforço do planeamento, gestão, auditoria, responsabilização e supervisão do uso das finanças públicas para uma melhor prestação de serviços públicos orientada para o cidadão.

AUDITORIA FINANCEIRA À INSTITUIÇÃO CONGÉNERE DA REPÚBLICA DO ESTADO DE MONTENEGRO



O Tribunal de Contas realizou uma auditoria financeira às contas de 2023, da Instituição congénere da República do Estado de Montenegro, no âmbito do Memorando de Cooperação assinado entre ambas entidades.

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria e teve como o objetivo obter uma segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras anuais, no seu conjunto, estão isentas de distorções materiais e se foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Em resultado dos trabalhos realizados o Tribunal de Contas emitiu, em 4 de outubro de 2024, o correspondente Relatório de Auditoria, com uma opinião não modificada. Nos termos das normas aplicáveis, foi adicionalmente dirigida uma Carta ao Presidente demais membros da Instituição, com recomendações para a melhoria do controlo interno relevante para o relato financeiro.

TRIBUNAL DE CONTAS ELEITO VICE-PRESIDENTE DA JURISAI



A Assembleia Geral Constitutiva da JURISAI, a nova organização internacional dos Tribunais de Contas e Instituições congéneres com funções jurisdicionais, decorreu em Paris, no dia 8 de outubro.

Nesta primeira Assembleia-Geral, que juntou mais de 100 participantes de 30 países, foram eleitos os órgãos diretivos e os coordenadores dos Comitês Permanentes:

- Presidente: Tribunal de Contas de França;
- 1.º Vice-Presidente: Tribunal de Contas de Portugal (organiza a próxima Assembleia-Geral em 2027);
- 2.º Vice-Presidente: Tribunal de Contas da União do Brasil (eleito coordenador do Comité Permanente de Finanças, Administração e Comunicação);
- Secretaria-Geral: Tribunal de Contas do Reino de Marrocos;
- Tribunais de Contas eleitos para membros do Conselho Diretivo: Angola, Djibouti, Espanha, Mauritânia;
- Coordenador do Comité Permanente relativo ao Ministério Público: Tribunal de Contas de Itália;
- Coordenador do Comité Permanente de Capacitação: Tribunal de Contas do Senegal.

Foi ainda aprovado o primeiro Plano Estratégico da JURISAI para o período 2024-2028, em cuja preparação o Tribunal de Contas de Portugal participou.

José Tavares, foi eleito, por aclamação, o primeiro membro honorário da JURISAI, em homenagem ao seu contributo para a criação desta nova organização.

A delegação portuguesa foi chefiada pelo Conselheiro Vice-Presidente António Francisco Martins e integrada pelo Conselheiro Diretor-Geral, Fernando Oliveira Silva e pela Subdiretora-Geral Conceição Ventura.

REUNIÃO ANUAL DO COMITÉ DE CONTACTO DA UE



Na reunião anual do Comité de Contacto dos Presidentes dos Tribunais de Contas da União Europeia, realizada em Paphos, no Chipre, foram partilhadas experiências de auditorias concretas e debatidos temas relativos às migrações, com foco no papel das Instituições Superiores de Controlo na promoção da boa despesa pública.

Os Tribunais de Contas da Alemanha e da Áustria partilharam, ainda, as principais conclusões e recomendações, bem como a abordagem e metodologia utilizadas na [auditoria coordenada ao Banco Europeu de Investimento \(BEI\)](#).

A Presidente do Tribunal, Filipa Urbano Calvão, chefiou a delegação do Tribunal de Contas de Portugal, que foi também integrada pela Conselheira Helena Abreu Lopes, pelo Diretor-Geral, Fernando Oliveira Silva e pela Subdiretora-Geral, Conceição Ventura.

TRIBUNAL DE CONTAS NA ASSEMBLEIA GERAL DA OLACEFS



O Tribunal de Contas de Portugal participou na XXXIII Assembleia Geral da OLACEFS - Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, que decorreu de 23 a 25 de outubro de 2024, na cidade do Panamá.

A ciência de dados e inteligência artificial como ferramenta de transformação para as Entidades Fiscalizadoras Superiores e os desafios e contributos da OLACEFS para o desenvolvimento de uma educação equitativa e de qualidade na América Latina foram os temas principais em debate.

A delegação portuguesa foi composta pelo Vice-Presidente do Tribunal, Conselheiro António Martins, e pelo auditor chefe Nuno Martins Lopes.

CONSELHO DIRETIVO DA INTOSAI APROVA DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA A AUDITORIA PÚBLICA



A INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas) aprovou um conjunto de documentos de interesse para a auditoria pública, durante a 78.ª reunião do Conselho Diretivo, que decorreu no Cairo.

Entre os documentos aprovados destacam-se:

- o Guia de Orientação para a Avaliação do Desempenho dos Sistemas de Informação;
- as Orientações para a Auditoria à Segurança da Informação no âmbito da Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG);
- o Referencial para Auditoria de “Fiscal Exposures”; e
- o Compêndio “O impacto das recentes crises sanitárias e outras na dívida pública e respetiva gestão”.

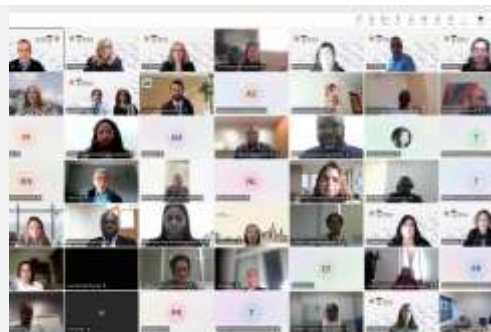


O Tribunal de Contas de Portugal participou nas II Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas de Angola, que decorreram a 27 e 28 de novembro de 2024, na cidade de Luanda.

No evento participaram vários oradores, quer académicos quer dos Tribunais de Contas de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, do Tribunal Administrativo de Moçambique e dos Tribunais de Contas dos Estados da Bahia, Santa Catarina e Tocantins (Brasil), além da Secretária-Geral da AFROSAI-E, que debateram temas à volta do lema das Jornadas, “Desafios do Controlo Externo das Finanças Públicas: o Papel das Instituições Superiores de Controlo no Futuro”.

A delegação portuguesa foi composta pelo Vice-Presidente do Tribunal, Juiz Conselheiro António Martins, e pelo Juiz Conselheiro José Mouraz Lopes, com intervenções sobre os temas “A relevância da função jurisdicional dos Tribunais de Contas, como forma de realização da justiça” e “A estruturação constitucional e legal dos Tribunais de Contas, como garantia de realização da justiça financeira”.

TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP DEBATEM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E CONTROLO DA QUALIDADE



Transformação Digital e Gestão/Controlo de Qualidade foi o tema do *webinar* que se realizou no dia 29 de novembro com a participação dos Tribunais de Contas de Portugal e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O objetivo deste *webinar*, que decorreu do plano de Ação da Organização das Instituições Superiores de Controlo (OISC) da CPLP para 2024, foi dar a conhecer as ações da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI para a transformação digital (pICTure, LOTA e SAI PMF) e partilhar a experiência do Tribunal de Contas de Portugal em matéria de transformação digital e gestão da qualidade.

Foram apresentados os projetos em curso no âmbito do Plano de Transformação Digital do Tribunal de Contas de Portugal, designadamente o projeto para o reforço da atividade de controlo da contratação pública que está a ser desenvolvido em parceria com a OCDE, bem como os trabalhos em curso e previstos no âmbito do sistema de gestão da qualidade.

Este *webinar* envolveu o Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI), o Centro de Inovação, Tecnologias e Metodologias (CITM) e o Departamento de Estudos, Prospetiva e Estratégia (DEPE) do Tribunal com o apoio do Tribunal da União do Brasil, enquanto Secretário-Geral da OISC/CPLP.

ENCONTRO BILATERAL ENTRE TRIBUNAIS DE CONTAS DE PORTUGAL E DE ESPANHA



O primeiro encontro entre as Presidentes dos Tribunais de Contas de Espanha, Enriqueta Chicano Jáveg, e de Portugal, Filipa Urbano Calvão, realizou-se no dia 5 de dezembro, em Elvas.

Durante encontro foram abordados vários temas de interesse comum, no âmbito da forte cooperação que tem sido mantida entre as duas instituições, tanto a nível bilateral como no quadro das organizações internacionais de tribunais de contas de que são membros.

Acordou-se a retoma, já em 2025, dos encontros bilaterais temáticos bienais entre os dois tribunais, e discutiram-se outras iniciativas no domínio da auditoria pública.

PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO IT WORKING GROUP DA EUROSAI



Na última reunião do IT Working Group da EUROSAI de 2024, ocorrida em 11 de dezembro, o Departamento de Auditoria responsável pela Certificação da Conta Geral do Estado e o Departamento de Sistemas de Informação partilharam experiências, desafios e principais resultados alcançados com duas auditorias a sistemas de suporte à preparação da Conta Geral do Estado a certificar, designadamente a “Auditoria à eficácia operacional dos controlos internos do S3CP, direcionados à

fiabilidade da informação submetida” ([Relatório n.º 16/2021 - 2.ª S](#)) e a “Auditoria ao cumprimento dos requisitos e regras de validação específicos para efeitos de consolidação previstos na Norma Técnica n.º 1/2017 da Unileo” ([Relatório n.º 14/2023 – 2.ª S](#)).